

Perdas irreparáveis: conflito bélico mundial, cultura material e patrimônio

Irreparable losses: global armed conflict, material culture and heritage

Pérdidas irreparables: conflicto bélico mundial, cultura material y patrimonio

Joana Carolina Schossler¹
Aline Vieira Carvalho²

Recebido em: 21/8/2019
Aceito para publicação em: 30/8/2019

¹ Doutora em História pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), com formação complementar em Administração e Proteção do Patrimônio pelo Institut National du Patrimoine (INP/Paris). Atualmente é pós-doutoranda na Unicamp, onde pesquisa com financiamento da Fapesp as tipologias de casas de veraneio no Rio Grande do Sul.

² Pesquisadora no Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais (Nepam) da Unicamp, onde desenvolve investigações na área de patrimônio, memória, história ambiental e arqueologia pública. Atua como corresponsável pelo Laboratório Interdisciplinar do Patrimônio, Comunidades e Ambiente (Lipac/Nepam – Unicamp). É professora dos programas de pós-graduação em História (Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – IFCH/Unicamp) e em Ambiente e Sociedade (Nepam/Unicamp).

Resumo: Este artigo ensaístico apresenta algumas reflexões acerca de conflitos bélicos e das perdas patrimoniais ocasionadas em ações de disputa entre grupos culturais, Estados nacionais ou outros agentes. Com base na angústia gerada pela ideia de perda, o texto propõe uma reflexão sobre o significado de cultura material, mostrando historicamente como as disputas de poder atingiram o patrimônio material das civilizações. Desse modo, discutiremos a ideia de memória e patrimônio, trazendo exemplos de personalidades que resistiram à intervenção alemã e promoveram ações significativas para a proteção dos bens culturais em seus países, e traçaremos, ainda, caminhos alternativos para pensar a tríade guerra, memória e patrimônio. O artigo ensaístico também discute as convenções criadas pela ONU a partir de 1954 e a prática dessas convenções perante as perdas irreparáveis da cultura material.

Palavras-chave: conflito bélico mundial; cultura material; resistência.

Abstract: This article intends to approach armed conflicts and patrimonial losses due to dispute issues among cultural groups, national States or other agents. From the anguish generated by the idea of loss, the text proposes a reflection on the meaning of material culture, showing historically how power disputes impact the civilizations' material heritage. Thereby, we discuss the idea of memory and heritage, bringing up examples of personalities who resisted the German intervention and promoted significant actions in order to protect cultural property from their countries. In addition, we trace alternative paths to think about the war, memory and heritage triad. The article also debates the conventions created by the United Nations (UN) since 1954 and the practice of these conventions facing the irreparable losses of material culture.

Keywords: global armed conflict; material culture; resistance.

Resumen: Este artículo propone algunas reflexiones acerca de los conflictos bélicos y de las pérdidas patrimoniales ocasionadas por las acciones de disputa entre grupos culturales, Estados Nacionales y otros agentes. Partiendo de la angustia generada por la idea de pérdida, el texto trae una reflexión sobre el significado de cultura material, señalando históricamente como las disputas de poder han alcanzado el patrimonio material de las civilizaciones. Por esa vía, tratamos de la idea de memoria y patrimonio, con ejemplos de personalidades que han resistido a la intervención alemana y han promovido acciones significativas para proteger los bienes culturales en sus países. Además, discutimos caminos alternativos para pensar en la tríada guerra, memoria y patrimonio. El artículo también trata de las convenciones creadas por la ONU desde 1954 y la práctica de esas convenciones ante los daños irreparables de la cultura material.

Palabras clave: conflicto bélico mundial; cultura material; resistencia.

APRESENTAÇÕES GERAIS

O artigo ensaístico que se segue foi originalmente produzido para ser apresentado na mesa “História, cultura e narrativas”, do VIII Congresso Internacional de História, realizado em outubro de 2017 na Universidade Estadual de Maringá (UEM). A composição da mesa foi bastante afortunada: com a coordenação da Profa. Sandra Pelegrini e com as apresentações da Profa. Dra. Jenny González Muñoz (“Memorias y olvidos del patrimonio cultural del Abya Yala. Visiones del desarrollo cultural silenciado”) e deste artigo, tivemos uma manhã marcada pela discussão profunda sobre patrimônio, memória e perda. O auditório estava repleto de alunos de graduação, pós-graduação, professores de diferentes instituições e

interessados no campo das Ciências Humanas. Em comum entre todos os presentes, um sentimento de inquietação latente sobre a função da História no mundo contemporâneo e a potência (ou impotência) de nossas ações como intelectuais. Daquela apresentação até a publicação deste texto, a narrativa que se segue ganhou algumas nuances. Muito dessas cores foi dado pela incorporação da pesquisadora de pós-doutorado, bolsista Fapesp, Joana Carolina Schossler, como coautora do artigo. A opção pela dupla autoria veio em resposta às questões colocadas pelo próprio público do evento: em nossa contemporaneidade, como agir perante o patrimônio? Por que devemos nos importar com as questões patrimoniais?

Essas são algumas das questões de fundo para as quais ensaiamos algumas respostas. Como o texto deveria dissertar sobre patrimônios em conflitos bélicos, optamos por apresentar as relações entre cultura material, poder e patrimônio. O resultado segue dividido em quatro partes: “Resistir em tempos de conflitos bélicos”; “A destruição do patrimônio e a cultura material: práticas antigas e novas angústias”; “Patrimônio e conflitos bélicos: diretrizes de ação”; e “Ensaio para o futuro”. Optamos por manter uma narrativa mais próxima da oralidade, preservando, assim, um pouco da essência do próprio evento: promover debates de forma acessível e democrática. Por fim, com votos de boa leitura, acenamos para que reste “a vontade em ti que ainda ordena: ‘Persiste!’”³!

RESISTIR EM TEMPOS DE CONFLITOS BÉLICOS

Em nossa história recente, especialmente após a 2.^a Guerra Mundial (GM), testemunhamos a devastação material e imaterial de muitos países do globo terrestre. Nações inteiras ou mesmo pequenas comunidades enfrentaram o desafio de se refazer a partir dos escombros. Se pensarmos apenas na 2.^a GM e em sua centralidade no mundo europeu, temos um conflito que durou cerca de seis anos, matou mais de 70 milhões de vidas e destruiu por completo os vestígios significativos construídos ao longo da história da humanidade, como as cidades e as memórias dessas nações. Mas a construção da 2.^a GM foi um processo longo.

A partir de 1930, a ascensão da ideologia nazifascista consolidou o culto nacional com um sistema de ritos e liturgias públicas como parte de uma política permeada pela pulsão de morte em relação à vida humana (CAPELATO, 1995). Desse modo, podemos entender que tudo o que representa os valores culturais e sociais do que Hitler considerou inferior foi, dentro da ideia de superioridade, destruído.

Simultaneamente à pulsão pela destruição e pelo autoritarismo, encontramos ações de resistência. Em 1933 o antropólogo francês Paul Rivet, durante sua estadia em Berlim, teve conhecimento sobre a ascensão do nazismo e do antissemitismo, tornando-se um grande ativista contra as ideologias totalitaristas e defensor da dignidade e da humanidade (PAUL..., 2018).

Sua biografia, escrita por Christine Laurière (2008), permite compreender sua defesa da humanidade. Rivet, ao lado de Marcel Mauss, fundou a etnologia na França, tendo trabalhado como professor em diferentes cursos, instituições universitárias e museológicas, com forte atuação na América Latina.

A personalidade de Rivet também está ligada à fundação do Museu do Homem, em 1937, da qual Laurière (2008) enfatiza que “sua lista de responsabilidades políticas” é muito mais rica e nos leva a compreender a realização de seu ato de resistência, em 1939, no Museu do Homem.

³ Trecho do poema “If”, do poeta britânico Rudyard Kipling.

Grande pedagogo, animado por uma extraordinária força de convicção colocada ao serviço da defesa de seus ideais e seus valores humanísticos, possuía um carisma que se estende mais além do círculo dos etnólogos. Então, em janeiro de 1937, o diário *Paris-Soir* publicava: “Uma catástrofe pode acabar com nosso mundo civilizado. Se dez homens sobreviverem, nada está perdido!”⁴ (LAURIÈRE, 2008).

Ainda em 1934, quando retornou de Berlim, Rivet tornou-se presidente do Comitê de Vigilância dos Intelectuais Antifascistas. Militante de esquerda e eleito pela Frente Popular em 1935, ele atuou como médico no Equador, enfatizando sempre, em seu percurso profissional, a sua luta contra o racismo (JAMIN, 1989, p. 277-294). Assim, em 1940, quando as tropas alemãs invadiram a França, Paul Rivet, em ato de absoluta coragem, ordenou que as portas do Museu do Homem seguissem abertas em horário habitual e pregou nas portas do museu a poesia “If”, do poeta britânico Rudyard Kipling (1865-1936), que conheceu durante a Primeira Guerra Mundial.

Se

Se és capaz de manter a tua calma quando
 Todo o mundo ao teu redor já a perdeu e te culpa;
 De crer em ti quando estão todos duvidando,
 E para esses no entanto achar uma desculpa;
 Se és capaz de esperar sem te desesperares,
 Ou, enganado, não mentir ao mentiroso,
 Ou, sendo odiado, sempre ao ódio te esquivares,
 E não parecer bom demais, nem pretensioso;

Se és capaz de pensar – sem que a isso só te atires,
 De sonhar – sem fazer dos sonhos teus senhores.
 Se encontrando a desgraça e o triunfo conseguires
 Tratar da mesma forma a esses dois impostores;
 Se és capaz de sofrer a dor de ver mudadas
 Em armadilhas as verdades que disseste,
 E as coisas, por que deste a vida, estraçalhadas,
 E refazê-las com o bem pouco que te reste;

Se és capaz de arriscar numa única parada
 Tudo quanto ganhaste em toda a tua vida,
 E perder e, ao perder, sem nunca dizer nada,
 Resignado, tornar ao ponto de partida;
 De forçar coração, nervos, músculos, tudo
 A dar seja o que for que neles ainda existe,
 E a persistir assim quando, exaustos, contudo,
 Resta a vontade em ti que ainda ordena: “Persiste!”;

Se és capaz de, entre a plebe, não te corromperes
 E, entre reis, não perder a naturalidade,
 E de amigos, quer bons, quer maus, te defenderes,
 Se a todos podes ser de alguma utilidade,

⁴ Tradução livre do original: “Gran pedagogo, animado por una extraordinaria fuerza de convicción que pone al servicio de la defensa de sus ideales y de sus valores humanísticos, poseía un carisma que se extiende más allá del círculo de los etnólogos. De hecho, en enero de 1937, el diario *Paris-Soir* titulaba: ‘Una catástrofe puede acabar con nuestro mundo civilizado. ¡Si sobreviven diez hombres, nada está perdido!’” (LAURIÈRE, 2008).

E se és capaz de dar, segundo por segundo,
Ao minuto fatal todo o valor e brilho,
Tua é a terra com tudo o que existe no mundo
E o que mais – tu serás um homem, ó meu filho!⁵

Produzida em um contexto e com um sentido imperialista, a poesia foi reapropriada por Rivet e pelo público que o ouvia atentamente naquele contexto de ameaça alemã: trabalhadores do Museu do Louvre e do Museu do Homem, com diferentes funções, que se sentiam profundamente ameaçados durante a Segunda Guerra Mundial. A sensibilidade do ato de Paul Rivet é uma ação de resistência diante da angústia e, podemos ousar a dizer, de fé em relação à memória e à instituição museológica.

Diante do ato de Rivet, podemos nos perguntar: por que manter um museu aberto em um contexto de ocupação alemã? Por que insistir naquelas materialidades como fundamentais para a garantia da existência humana? Nossas intuições apontam para a confiança no poder da cultura material, especialmente quando codificada para o campo da memória e, de forma mais ampla, do patrimônio – que, no sentido moderno, nasceu com os franceses da revolução de 1789 e que traduziria não apenas um povo, mas uma ideia de cidadania, de direitos, de inclusões e, claro, também de exclusões.

O patrimônio dos franceses revolucionários, assim como dos franceses da resistência à ocupação alemã, atribuía marcas materiais e imateriais ao “nós franceses” e, assim, “aos não franceses”. Também no campo patrimonial a identidade operava de forma correlata à alteridade: o nós e os outros (TODOROV, 1993).

Rivet não foi o único a resistir diante da angústia de ver as destruições geradas pela guerra. Nascida em 1894, em Dieppe, na França, Agnès Humbert foi uma mulher que não se negou à luta. Realizou seus estudos na Sorbonne e na Escola do Louvre, tornou-se historiadora da arte e seguiu carreira profissional no Museu de Artes e Tradições Populares da França. Foi casada com o pintor Georges Hanna Sabbagh, com quem teve duas filhas (HUMBERT, 2017).

Durante sua formação, Agnès estudou as obras do pintor David, autor do clássico *Julgamento de Horácio* (1784) que, imponente nos corredores do Museu do Louvre, representa o juramento dos três irmãos que prometeram ao seu pai vencer a batalha entre Roma e Albe. Se no quadro podemos observar que as mulheres estão em posição de lamento diante dos seus queridos combatentes que partem para defender a pátria, o mesmo enredo não é destinado a Agnès Humbert, que em 1940, quando os alemães invadiram a França, aderiu à Resistência Francesa, trabalhando como Historiadora da Arte e informante sobre as posições e ações dos alemães na França para o exército britânico.

As ações de resistência de Paul Rivet e de Agnès Humbert não estavam isoladas nem foram espontâneas. De certa forma, podemos afirmar que as instituições museológicas e patrimoniais do Ocidente aguardavam a guerra ou suspeitavam de sua proximidade. Por volta de 1933, quando Hitler chegou ao poder na Alemanha, a direção do Museu do Louvre, representada por Jacques Jaujard, decidiu encaixotar todas as obras de arte e resguardá-las no Castelo de Chambord. Desse modo, obras como a *Vênus de Milo* e *Monalisa* foram poupadas do desaparecimento em meio à guerra. Apesar dos esforços institucionais e de um extenso plano de evacuação do Museu do Louvre, que mobilizou a proteção de grande parte de seu patrimônio artístico, muitas obras de arte nunca mais foram encontradas após a Segunda Guerra.

Com o fim do conflito bélico, o local reabriu suas portas em 1946, sem grande parte do seu acervo e com seus espaços vazios. O ato pode ser interpretado como uma

⁵ Tradução de Guilherme de Almeida, disponível em <https://veja.abril.com.br/entretenimento/conheca-se-o-poema-classico-de-rudyard-kipling/>. Consulta em 19/9/2019.

ação política de resistência diante das perdas irreparáveis de seu patrimônio. A fotografia capturada pelo fotógrafo francês Pierre Jahan, que mostra o momento em que o quadro da *Monalisa* está sendo desempacotado e preparado para voltar ao “hábitat de origem”, é um testemunho do plano de salvaguarda do Louvre para com seu patrimônio material. Em 2009, as 56 fotografias adquiridas em 2005 do fundo Pierre Jahan foram expostas no museu, na exposição intitulada “O Louvre durante a Guerra. Olhares fotográficos 1938-1947” (JAKUBOWICZ, 2009), que testemunha a história de resistência dessa instituição.

Diante dessas colocações, podemos pensar o que teria sido de nossa contemporaneidade sem as ações de salvaguarda do Louvre no caso específico da 2.^a Guerra Mundial. Sem o plano de fuga para as galerias do museu, nós nunca teríamos testemunhado obras de arte que chegam até o presente, como galerias inteiras sobre o Renascimento, o Egito, a Mesopotâmia, culturas ameríndias e toda uma imensa reserva técnica a que ainda não assistimos! Muitas outras instituições museológicas na Europa não tiveram tempo, estrutura ou oportunidade para implementar estratégias semelhantes. O mercado clandestino de obras de arte ganhou imenso vigor no período. O que perdemos? Não temos plena ciência. O que podemos afirmar sem nenhuma dúvida é que ações para a salvaguarda do patrimônio em conflitos bélicos fazem parte de um complexo quadro de discussões sobre ética, moral, humanidade, memória, entre outros, mas são absolutamente fundamentais para o direito de gerações futuras acionarem aquilo que no presente acordamos como fundamental sobre nossa identidade. Nesse sentido, as ações do International Committee of the Blue Shield (ICBS), a partir de 1996, são cruciais para o tema que debatemos. O comitê tem como objetivo planejar ações para a proteção do patrimônio mundial em caso de conflitos bélicos e desastres naturais. Claro que seu escopo é bastante restrito por decisões militares que estão além de nosso campo de ação, mas a sua existência institucional comprova um esforço humanitário pelo direito à memória no presente e no futuro. O comitê esteve presente nos conflitos do Egito e da Líbia em 2011. O sucesso das ações é bastante questionável, porque são subordinadas a decisões militares, porém o debate levantado por eles no campo internacional mostra-se crucial para a construção de novos caminhos.

A DESTRUIÇÃO DO PATRIMÔNIO E A CULTURA MATERIAL: PRÁTICAS ANTIGAS E NOVAS ANGÚSTIAS

Em 2013, no Cairo, saques foram realizados em diferentes instituições museológicas da cidade. Em muitas delas, como no Museu Egípcio do Cairo, não se tratava apenas de atos de vandalismo contra um governo opressor, mas também de ações de roubo encomendadas por mercadores específicos. Artefatos milenares, pertencentes à memória da História da humanidade, simplesmente desapareceram aos olhos da população. Muito provavelmente passaram a alimentar coleções particulares espalhadas pelo mundo. Junto dos crimes de guerra, dos crimes contra os civis, havia também o crime contra a memória da humanidade. No complexo vetor dos conflitos bélicos, em que a vida humana – de valor absolutamente inquestionável – é basilar, a cultura material, a memória e o patrimônio tornam-se pequenos grãos de areia em um imenso deserto.

Os casos da 2.^a GM e do Cairo não estão distantes temporalmente de nossa história do tempo presente. Nos dias atuais estamos assistindo, literalmente, por meio de vídeos e registros televisivos, às destruições ocasionadas no Iraque. Um exemplo foram as ruínas de Hatra, que eram patrimônio da humanidade desde 1985 e foram destruídas em 2015; materializavam um monumento importante da história da civilização que, entretanto, não existe mais, pelo fato de o exército islâmico ter posto abaixo esse patrimônio. Toda essa destruição tem sua transmissão simultânea. Todas têm um efeito material e simbólico de grandes proporções.

Em 2016, Irina Bokova, ex-diretora geral da Unesco, declarou na revista *International Criminal Justice Today*: “A destruição do patrimônio cultural tornou-se uma tática de guerra para espalhar o medo e o ódio nos conflitos modernos” (BOKOVA, 2016). Ela cita ainda as bases legais para a proteção do patrimônio cultural e destaca que entende esses ataques a monumentos, sobretudo religiosos, como “violação da dignidade humana e dos direitos humanos” (BOKOVA, 2016).

Mas, antes de entendermos as bases legais criadas para proteger tais patrimônios, queremos propor algumas indagações que devem ser pensadas em relação ao ataque a esses bens durante conflitos bélicos. Desse modo, perguntamos: por que destruir o patrimônio? O que nós perdemos quando esses patrimônios são destruídos? E o que nós podemos fazer para tentar evitar esse tipo de ação?

Para pensar nessas perguntas, propomos três eixos de reflexão: 1) sentido de cultura material; 2) cultura material como sinônimo de poder; 3) cultura material e disputas.

O primeiro é o sentido de cultura material e como ele se relaciona com a primeira questão. Afinal, se o patrimônio é um vinculador da identidade, então a perda está relacionada a um sentido humanitário mundial, ao qual nós e esse patrimônio têm uma filiação com sentido de afeto daquilo que se relaciona com a memória.

Assim, o que está sendo feito para evitar essas ações perpassa a cultura material. Portanto, podemos pensar que cultura material é tudo aquilo que nós produzimos ou modificamos e, nesse contexto, é tudo aquilo que nos cerca e do que nos apropriamos (sempre com algum sentido ou intencionalidade). A força dessa cultura material está, justamente, no fato de que as intencionalidades expressas por meio delas (e que ganham múltiplos sentidos de acordo com os contextos em que estão inseridas ou nas quais são lidas) não exigem alfabetização específica. Os efeitos da cultura material sobre nós, seres humanos, existem independentemente de sabermos ler e escrever, de termos mestrado ou doutorado, de sermos das áreas de humanas, exatas, biológicas, tecnológicas, entre outras. Não estamos dizendo que as leituras sobre a cultura material são as mesmas. Ao contrário, acreditamos que elas são sempre subjetivas. Mas, independentemente do domínio sobre um determinado código (escrito, sobretudo), a cultura material gera reações (e também ações).

Exatamente por essa transcendência da cultura material em relação a domínios de determinados códigos, é possível afirmar que ela é sinônimo de poder, que ela dita regras e que, além de estabelecê-las, mostra, vagarosamente, sem precisar de uma “alfabetização”, quem manda ou gostaria de mandar.

Assim, se a cultura material significa poder, ela igualmente significa disputa, o que nos leva a pensar na destruição em conflitos bélicos, porque existe uma disputa para dizer quem é mais forte, quem manda e quem ganhou aquele território. Por isso, destruir determinada cultura material (como nos exemplos dos ataques no Iraque) significa destruir toda uma cultura e, simbolicamente, aqueles que se apropriam dela.

Há muitos exemplos históricos dessas lutas por poder por meio da cultura material. Poderíamos citar a ação dos espanhóis que, durante a Conquista da América, construíram uma catedral em cima de um templo asteca. Outro exemplo a ser pensado são as expedições europeias que, a partir do século XI, buscaram objetos de poder para os colonizadores: objetos de curiosidade, mas que podem ser colecionados, sendo posteriormente expostos em museus, demonstrando, mais uma vez, o poder daqueles que excluem ou daqueles que são excluídos.

Ainda pensando em conflitos bélicos, podemos citar o exemplo de Napoleão Bonaparte que, a partir de 1799, no Egito, acabou, nessa outra lógica de guerra, saqueando grande parte das coisas encontradas no país, mas em nome da ciência. Assim, ele levou grande parte desses objetos para os museus, como é o exemplo da Pedra de Roseta, que da França foi para a Inglaterra e depois voltou para a França.

Como conclusão para a questão das materialidades e poder, podemos indicar que a cultura material também é disputada em conflitos bélicos por ser indicativo de poder e domínio. Em uma situação de guerra, ela demarca o domínio sobre o outro e, nesse sentido, domestica e indica a senhoria dos jogos.

Kathryn Woodward, professora na Open University e estudiosa dos estudos culturais, ao se referir à identidade, especificamente na Guerra da Bósnia, diz que “a luta para afirmar as diferentes identidades tem causas e consequências materiais [...]. Isso é visível no conflito entre grupos em guerra e na turbulência da desgraça social e econômica que a guerra traz” (in HALL; WOODWARD, 2003, p. 10). Desse modo, podemos entender que a cultura material é um meio, um caminho, um motivo que gera guerras e manifesta disputas.

A questão que se coloca agora é como uma determinada materialidade (com todo o seu complexo imaterial ali representado) se torna um patrimônio. Em outras palavras, quais os gatilhos, as escolhas e os processos que catapultam uma materialidade cotidiana para a alçada de patrimônio oficial? Vale frisar que as disputas bélicas sobre o patrimônio mantêm a lógica do domínio e da demonstração do poder daquelas disputas sobre a cultura material, cotidiana ou não.

A Unesco (2019) entende que “patrimônio é o legado que recebemos do passado, vivemos no presente e transmitimos às gerações futuras”. A definição dada pela organização é bastante importante, pois cumpre uma função política de alinhamento de posturas de diferentes Estados Nações sobre o patrimônio mundial, todavia, e quase que paradoxalmente, ela perde potência de ação política ao descrever o patrimônio apenas como herança e, nesse sentido, ao configurá-lo como existente por si só, acima de interesses, conflitos, disputas e negociações.

A questão que frisamos ao destacar a definição da Unesco é que uma cultura material não é patrimônio até que se decida o contrário. Patrimônio é escolha. É convenção. Auschwitz, por exemplo, torna-se um patrimônio que denominamos como sombrio, ou seja, representante de uma imensa ferida aberta. É um legado escolhido como memória por intelectuais, por grupos sociais, por ativistas, entre outros, que disseram que os crimes representados na materialidade de Auschwitz não podem ser esquecidos. Assim, a memória daqueles que por ali estiveram, em tempos sombrios, deve cumprir uma função balizadora do que não queremos mais.

Outro exemplo a ser pensado é o Cais do Valongo, que foi redescoberto no Rio de Janeiro durante uma escavação arqueológica nas obras das pré-Olimpíadas de 2014 e que foi reconhecido, em 2016, como patrimônio da humanidade. O mesmo também é válido para as Paneleiras de Goiabeiras, em Vitória, Espírito Santo, que foram o primeiro registro a ser feito no Livro de Registros de Saberes do IPHAN, em 2002 (IPHAN, 2018). Esses exemplos de cultura material atestados como patrimônio remetem à pluralidade das memórias que elegemos não esquecer. A opção por lembrar diferencia-se profundamente da ideia de legado. Patrimônio é uma escolha política. E, nesse sentido, podemos aproximá-lo das reflexões produzidas por Hannah Arendt (1968) sobre memória: “A tragédia começa quando desaparecem mentes para pensar e questionar, pensar e lembrar”. Para Arendt (1968), “a perda da memória é o maior perigo que podemos enfrentar, é a memória que permite ao homem a compreensão de sua finitude [...], a memória permite compreensão de nossa fragilidade e diversidade”. Portanto, podemos concluir que nós perdemos uma escolha que representa nossa finitude, que representa aquilo que nós não queremos perder, pois patrimônio é sempre uma escolha.

PATRIMÔNIO E CONFLITOS BÉLICOS: DIRETRIZES DE AÇÃO

Há um esforço hercúleo por parte de órgãos como a Unesco, o Conselho Internacional de Museus (Icom) e o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (Icomos) para preservar patrimônios mundiais em contextos de conflitos bélicos. Assim como o mais célebre de todos os heróis, essas organizações promovem ações de sinalização, de esvaziamento e tentativas de preservação desses bens contra os crimes dos monstros ctônicos da guerra.

Mas como agir pela preservação patrimonial enquanto vidas humanas estão sendo dilaceradas por esses espíritos do mundo subterrâneo? As questões patrimoniais, e mesmo a preservação da memória, tornam-se pontuais quando comparadas à garantia da vida de crianças, jovens, adultos e idosos, independentemente de credo, opções políticas, pertencimento cultural, entre outros. E, nesse sentido, como defender a vida e o patrimônio em meio ao caos?

A opção por negociações, acordos e estabelecimento de convenções tem sido a estratégia adotada pela Unesco, pelo Icom, pelo Icomos, entre outros órgãos supranacionais, para lidar tanto com a questão da vida como a do patrimônio. No caso específico do patrimônio ameaçado por conflitos bélicos, tem-se a Convenção de Haia, de 1954, como basilar. Apesar de não ter sido a primeira – o Pacto de Washington, de 15 de abril de 1935, é bastante pioneiro nesse sentido –, Haia desenha um consenso dos países signatários da importância da preservação do patrimônio em contextos de guerra (CONVENÇÃO DE HAIA, 1954).

Essa convenção considera que as tecnologias de guerra são cada vez mais eficazes e destrutivas e que então é necessário preservar os bens culturais dos danos que essas tecnologias podem provocar. Como segunda premissa tem-se que o atentado cultural é uma agressão contra toda a humanidade, pois a perda, nesse caso, é irreparável. Já o terceiro princípio é de que a convenção é uma baliza, uma vez que controla a ação de todos os países signatários desse acordo.

A convenção ainda contempla bens a serem protegidos, ou seja, a arquitetura, as obras de arte, os monumentos religiosos, os centros históricos e outros bens materiais. Entretanto ela aponta algumas exceções, como a do 1.º parágrafo, a qual sinaliza que, em caso de necessidade militar, a intervenção militar fica autorizada a atacar esses patrimônios. Um exemplo do caso de autorização para estratégia militar é o Palácio de la Moneda, no Chile, que foi bombardeado em 1973 para derrubar Allende do poder e instaurar o regime militar. Ou seja, mesmo os heróis cambaleiam em suas lutas.

Perante a multiplicidade de interesses dos países signatários, as concessões tornam-se necessárias e perigosas. Se as questões militares têm supremacia na baliza do que e como proteger uma materialidade, qual a validade de fundo do próprio acordo? Claro que as questões não são tão rasas como a pergunta acima, mas elas sinalizam a fragilidade dos próprios acordos produzidos.

Como podemos observar, a prerrogativa de 1954 deixava os patrimônios muito quebradiços e, por isso, em 1999 atentou-se para a produção de adendos da Convenção de Haia. Tal ação foi motivada pelas novidades terríveis trazidas pela Guerra do Golfo (1990-1991). Como estratégia de atuação militar dos Estados Unidos no Iraque, tomou-se a decisão de que o Templo de Ur deveria ser preservado dos bombardeios aéreos. A orientação para a decisão não estava no campo da importância da memória histórica e cultural do Templo de Ur, em sua sobrevivência a milênios de histórias (e, claro, de conflitos militares). A decisão pelo não ataque era fundamentada pela questão midiática e de imagem pública. Os Estados Unidos optaram por não atacar Ur porque, do contrário, poderia resultar em uma imagem pública negativa sobre a ação. E, nesse contexto, a opinião pública tinha imenso valor.

A surpresa das motivações pela preservação patrimonial gerou uma brecha de ação para os órgãos de preservação do patrimônio e, nesse sentido, temos os avanços do protocolo de 1999. O adendo é bastante claro ao pontuar que aqueles que destroem os patrimônios podem ser penalizados criminalmente. Porém, entre a prática e a lei, o protocolo ainda é falho, e fica claro que as convenções são necessárias caso esses patrimônios sejam atacados (PROTOCOLO..., 1999).

ENSAIOS PARA O FUTURO

É bastante claro o quão tensas são as relações entre a preservação do patrimônio e o contexto dos conflitos bélicos. Muitos desses calvários estão centrados nas próprias díades dos motivos de preservar um patrimônio, já que, naquele contexto, o mais importante é a vida humana. Não há discordâncias sobre o questionamento. Porém, ao mesmo tempo, não podemos negar a relevância de ações como a da direção do Museu do Louvre, em 1933, de Paul Rivet e de Agnès Humbert. Sem eles, não teríamos em nosso presente importantes materialidades de nossa memória humana. Assim, podemos ensaiar a conclusão de que a vida humana é inquestionável, mas também há imenso valor na preservação de nossos testemunhos (escolhidos para serem lembrados, repletos de conflitos e balizadores de uma moral compartilhada).

Para pensarmos em possíveis ações de preservação desses patrimônios e na necessidade de atribuir sentidos a essa preservação, gostaríamos de pontuar três reflexões apresentadas pelo arqueólogo e antropólogo Cornelius Holtorf, que disserta sobre a ciência arqueológica, mas tomamos a licença para expandir suas reflexões para o campo do patrimônio (HOLTORF, 2007).

Holtorf distingue três estratégias de legitimação da ação arqueológica perante o público, agências de fomentos, entre outros.

A primeira delas está centrada na ideia de “educar para a arqueologia”. Essa educação é orientada pela ideia da cartilha: você ensina o que escavar, o que preservar e o porquê preservar. A resposta que orienta as ações das escolhas é dada por um corpo de cientistas que possuem a autoridade para fazê-lo. Não há isometria, múltiplas vozes nem qualquer possível divergência sobre os mecanismos de escolha da cultura material a ser preservada. Não é preciso destacar que, para Holtorf, essa opção – bastante comum na cultura ocidental – não funciona. E o funcional aqui é distinguível pelo debate, pela geração de dissenso e, ainda, no controverso, na geração de múltiplos sentidos de pertencimento. Ou seja, essa ação não desperta afeto e empatia, compreensão ou reflexão.

O segundo modelo é o que Holtorf denomina “arqueologia na esfera das relações públicas”. Há, nesse viés, maneiras de valorizar o espetáculo da escavação arqueológica e das materialidades ali presentes para justificar o financiamento daquela escavação. Toda a ação em relação à materialidade ali presente é orientada por um jogo cênico que permite ao público se sentir em um parque de diversões. As dificuldades do modelo do espetáculo e das vivências que ele propicia está na própria brevidade da vivência e da pouca profundidade das reflexões e dos diálogos que ele proporciona. Para Holtorf, o modelo não funciona de forma plena, pois ele não possibilita diálogos efetivos no campo da arqueologia, da cultura material e, podemos acrescentar, do patrimônio.

Para Holtorf, o modelo mais eficaz para discutir arqueologia e materialidades estaria no que ele caracteriza como “arqueologia pública democrática”. Nesse caminho, a opção pelo diálogo e pela percepção dos mecanismos de poder envolvidos na materialidade torna-se crucial para criar diferentes sentidos sobre ela. Não podemos deixar de associar as questões patrimoniais a esse modelo. O patrimônio como herança é espetacular. O patrimônio como negociação e conflito é passível de produzir diferentes sentidos e apropriações. Em um conflito bélico, a única forma de justificar a preservação de um patrimônio estaria exatamente na multiplicidade de seus sentidos. Todavia como produzir diálogo em meio à guerra, em um contexto em que não há diálogo? Essa questão é a síntese de nossa angústia, não apenas para o tema dos conflitos bélicos e patrimônio, mas para a nossa própria existência como humanistas. Parece-nos urgente nossa ação, como intelectuais e educadores, de defesa da complexidade dos temas que analisamos, mas sem por isso perder nossas balizas sobre a defesa da diversidade, a tolerância, o respeito, a memória e a identidade – características que tornam o afeto crucial e imperativo para a preservação dos patrimônios.

REFERÊNCIAS

- ARENDDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 1968.
- BOKOVA, Irina. Ending impunity for war crimes on cultural heritage: the Mali case. **International Criminal Justice Today**, 22 jun. 2016. Disponível em: <https://www.international-criminal-justice-today.org/arguendo/ending-impunity-for-war-crimes-on-cultural-heritage-the-mali-case/>. Acesso em: 18 abr. 2018.
- CAPELATO, Maria Helena. O nazismo e a produção da guerra. **Revista USP**, São Paulo, jun.-ago. 1995. Disponível em: www.journals.usp.br/revusp/article/download/28150/29961. Acesso em: 15 abr. 2018.
- CONHEÇA “Se”, o poema clássico de Rudyard Kipling. 11 jul. 2015. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/entretenimento/conheca-se-o-poema-classico-de-rudyard-kipling/>. Acesso em: 19 set. 2019.
- CONVENÇÃO DE HAIA. Haia, 1954. Disponível em: https://en.unesco.org/sites/default/files/brazil_decreto_44851_11_11_1958_por_orof.pdf. Acesso em: 19 set. 2019.
- HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2003.
- HOLTORF, Cornelius. **Archaeology is a brand**. Oxford: Archaeopresse, 2007.
- HUMBERT, Agnès. **Resistência: a história de uma mulher que desafiou Hitler**. Rio de Janeiro: Harper Collins, 2017.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN. **Ofício das Paneleiras de Goiabeiras**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/51>. Acesso em: 17 abr. 2018.
- JAKUBOWICZ, Alexis. Quand le Louvre était occupé. **Libération**, 30 jun. 2009. Disponível em: http://next.liberation.fr/culture/2009/06/30/quand-le-louvre-etait-occupe_567664. Acesso em: 18 abr. 2018.
- JAMIN, Jean. Le savant et le politique: Paul Rivet (1876-1958). In: BULLETINS et Mémoires de la Société d'Anthropologie de Paris, Nouvelle Série, t. 1, n. 3-4, p. 277-294, 1989.
- LAURIÈRE, Christine. Paul Rivet: hombre político y fundador del Museo Del Hombre. **Revista Colombiana de Antropología**, Bogotá, v. 44, n. 2, p. 481-507, dez. 2008. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0486-65252008000200008&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 22 abr. 2018.
- PAUL Rivet (1876-1958). **Musée de l'Homme**. Disponível em: <http://www.museedelhomme.fr/fr/musee/histoire-musee-homme/reseau-resistance-musee-homme-1941/paul-rivet-1876-1958>. Acesso em: 15 abr. 2018.
- PROTOCOLO relativo à Convenção de Haia de 1954 para a proteção dos bens culturais em caso de conflito armado. Haia, 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5760.htm. Acesso em: 19 set. 2019.

TODOROV, Tzvetan. **A conquista da América**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

UNESCO – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **O patrimônio**: legado do passado ao futuro. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/cultura/world-heritage/heritage-legacy-from-past-to-the-future/>. Acesso em: 19 set. 2019.